

## Pedagogias decoloniais e o direito à participação ativa das crianças: intervenções literárias na Educação Infantil



Profa. Dra. Heloísa A. Matos Lins

Profa. Dra. Gabriela G. Tebet

Faculdade de Educação da UNICAMP – Brasil

Grupo de Pesquisa DIS - Diferenças e Subjetividades em Educação:

Estudos Surdos, das questões raciais, de gênero e da infância.

E-mails: [hmlins@unicamp.br](mailto:hmlins@unicamp.br); [gabigt@unicamp.br](mailto:gabigt@unicamp.br)

*Ouvir as histórias da vida de outras pessoas, cujo mundo pode ser diferente do seu, é um pré-requisito para o funcionamento democrático, para o trabalho de sociedades que buscam respeito e reconhecimento pelas diferenças humanas.* (Ken Plummer, 2016, livre tradução)

Pelo período de dois anos consecutivos (2018-2019), propusemos ações pedagógicas afeitas à Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2009), em um Centro de Educação Infantil da cidade de Campinas/SP, que atendia crianças entre 4 e 5 anos de idade, em conjunto com um grupo de estudantes de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, participantes de um projeto de formação docente mais amplo (\*). Assumindo a criança como ator social e buscando dar lugar à sua cidadania ativa (Unicef, 1989; Sarmento, 2012), realizamos intervenções literárias sobre temas fraturantes (Ramos e Fonseca, 2015), ou seja, que remetiam às diferenças, às questões interseccionais e à pluralidade de existências, a partir da observação do cotidiano com a equipe escolar. Optamos por um caminho metodológico qualitativo e participativo que se deu por rodas de conversa e estudos entre as equipes (Ribeiro, Souza e Sampaio, 2018) e, através da literatura para a infância, experenciamos com as crianças, as estudantes de pedagogia e as professoras parceiras (Unicef, 2018; Unesco/Unodoc, 2019) *outros começos* com as pedagogias decoloniais (Oliveira e Candau, 2010), na direção dos Direitos Humanos não universais/ não antropocêntricos (Acosta, 2016). Nesse trajeto, também produzimos livros diversos (quando os referidos temas não eram encontrados na biblioteca da instituição).

Assim, rodas de contação de histórias eram formadas e as crianças convidadas a protagonizar os debates, expressando seus posicionamentos políticos de diversas formas, como através de desenhos, verbal ou gestualmente (no caso de crianças surdas também participantes) e através de outros registros/ expressões que lançavam.

Neste contexto, vimos emergir experiências pedagógicas que oportunizaram alguns movimentos em torno da participação política das crianças, assumindo uma dimensão (via de regra) negada às infâncias em nosso país, bastante ameaçada também pelos neoconservadorismos/ neocolonialismos presentes em várias políticas públicas no campo educacional e, mais especificamente, o que poderia ajudar a refletir sobre os direitos humanos (e não humanos/ da natureza) em sua multiplicidade. Em síntese, surgiram possibilidades para que as crianças tivessem (e continuem a ter) também o direito a “ler o mundo” (Petit, 2019) e observamos lampejos para o fortalecimento do estado democrático de direito, desde esses inícios.

(\*) Vídeo institucional do projeto completo:

[https://drive.google.com/file/d/1UEb3Wf\\_p1xd9wGkZfloWckW9gyVcYhKpY/view](https://drive.google.com/file/d/1UEb3Wf_p1xd9wGkZfloWckW9gyVcYhKpY/view)



### Referências bibliográficas

- Acosta, A. (2016). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante.
- BRASIL. (2007). Ministério da Educação, Ministério da Justiça. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Comitê Nacional em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, UNESCO, 2007. <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file>
- Oliveira, L. F.; Candau, V. M. F. (2010). Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, (pp. 15-40), Apr. Consultado em 22/03/2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100002&lng=en&nrm=iso).
- Petit, M. (2019). *Ler o mundo: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje*. São Paulo: Editora 34.
- Plummer, K. (2013). A manifesto for stories: Critical Humanist notes for a narrative wisdom. In: Stanley, L. *Documents of Life Revisited: Narrative and Biographical Methodology for a 21st Century*. (pp. 209-220). London; NY: Routledge
- Ramos, A. M. & Fonseca, A. D. (2015). Tendências da literatura juvenil contemporânea: os temas fraturantes na obra de Ana Saldanha. *Literartes*, (4), 89-106.
- Ribeiro, T.; Souza, R.; Sampaio, C.S. (orgs) (2018). *Conversa como metodologia de pesquisa: por que não?* Rio de Janeiro: Ayvu.
- Sarmento, M.J. (2012). *A criança cidadã: vias e encruzilhadas*, Imprópria. Política e pensamento crítico. UNIPOP. N° 2, 45-49.
- Unesco/Unodoc (2019). Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes. *Fortalecimento do Estado de direito por meio da educação*. Um guia para formuladores de políticas. Consultado em 18/11/2019. Disponível em: [http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/strengthening\\_the\\_rule\\_of\\_law\\_through\\_education\\_a\\_guide\\_for/](http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/strengthening_the_rule_of_law_through_education_a_guide_for/)
- Unicef (1989). *Convenção dos Direitos das Crianças*. Consultado em 12.08.2018. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.
- Unicef (2018). *Communication for Development (C4D): Global Progress and Country Level Highlights Across Programme Areas*. Consultado em 11.10.2019. Disponível em: [https://www.unicef.org/publications/index\\_102938.html](https://www.unicef.org/publications/index_102938.html)